

REUNIAO DE REFLEXAO DA UNIAO AFRICANA SOBRE OPERACINALIZACAO DO FUNDO DA UNIAO AFRICANA

11 DE JANEIRO DE 2020

RESUMO

I. CONTEXTO

1. Durante a 35ª sessão ordinária do Conselho Executivo da União Africana, realizada de 4 a 8 de julho de 2019, o Conselho Executivo decidiu que uma sessão de brainstorming reunisse o Conselho de Paz e Segurança, o escritório do Comitê de Representantes permanentes, o Conselho de Administração e o Comitê Executivo para a Gestão do Fundo de Paz da União Africana e o Presidente do Subcomitê de Supervisão Geral e Coordenação de Assuntos Orçamentários, Financeiros e Administrativos ocorrerão antes da Cúpula de fevereiro de 2020 para fazer um balanço da situação da operacionalização do Fundo e acordar prioridades estratégicas para o financiamento a médio prazo do Fundo de Paz da União Africana.
2. Além destas partes interessadas, o Alto Representante da União Africana para o Financiamento da União e o Fundo de Paz, o Presidente do Comitê de Quinze Ministros das Finanças e os Presidentes dos Subcomitês de perguntas de auditoria e reforma estrutural também foram convidadas para a sessão de brainstorming.

II. OBJETIVOS DA SESSÃO DE REFLEXÃO

3. De acordo com a decisão do Conselho Executivo de julho de 2019, a sessão de brainstorming tinha dois objetivos principais: Fazer um balanço da operacionalização do Fundo; e discutir prioridades estratégicas de financiamento a médio prazo para o Fundo de Paz da UA. A sessão de brainstorming foi inicialmente estruturada em cinco sessões principais, como segue:
 - Sessão I: Contexto e História,
 - Sessão II: Revisão de todos os progressos realizados até o momento,

- Sessão III: Os respectivos papéis e responsabilidades dos órgãos de governo da UA e dos órgãos de governança do Fundo de Paz,
 - Sessão IV: as prioridades estratégicas de médio prazo do Fundo de Paz,
 - Sessão V: O roteiro para a operacionalização dos restantes elementos do Fundo de Paz da União Africana.
4. Foi acordado durante a sessão de brainstorming que a Sessão IV seria adiada para outra oportunidade para permitir que o Conselho de Paz e Segurança refletisse sobre prioridades estratégicas com o objetivo de fornecer orientação sobre este assunto ao resultantes das deliberações do Conselho. Ao mesmo tempo, o Conselho de Administração apresentaria recomendações ao Presidente da Comissão sobre um envelope de financiamento de médio prazo adequado para o Fundo.

III. RESUMO DAS DELIBERAÇÕES E PRINCIPAIS RESULTADOS DA SESSÃO

Sessão Inaugural

5. O Presidente da Comissão, o Presidente do Comitê de Representantes Permanentes, o Presidente do Conselho de Paz e Segurança (**PCS**) e o Presidente do Conselho Administrativo do Fundo de Paz fizeram declarações de abertura que são resumido abaixo.
6. A revitalização do Fundo de Paz da União Africana foi realizada como parte de um pacote mais amplo de reformas financeiras. Essas reformas são estabelecidas em várias decisões tomadas pela Conferência da União Africana entre 2015 e 2017 e podem ser resumidas da seguinte forma:
- Autonomia financeira e redução de dependência,
 - Gerenciamento prudente de recursos e melhoria da prestação de contas,
 - Pagamento oportuno e previsível das contribuições de todos os Estados membros para a União Africana, com base nos princípios de capacidade de pagamento, solidariedade e compartilhamento justo de restrições, a fim de evitar a concentração de riscos.
 - Financiamento previsível e sustentável das atividades operacionais da União Africana na área de paz e segurança através da revitalização do Fundo de Paz da União Africana e do estabelecimento de parcerias estratégicas.
7. Houve um progresso notável desde que a Conferência decidiu revitalizar o Fundo de Paz em 2016. O principal objetivo da Conferência em 2015 era melhorar a autonomia financeira e a previsibilidade da União Africana financiamento de prioridades de paz e segurança. Reconheceu-se que as

antigas formas de financiar o Fundo de Paz eram ineficazes e geravam apenas recursos limitados

8. Nos termos dos antigos acordos, a União Africana só podia angariar uma média de 6 milhões de dólares por ano durante um período de vinte anos. Em consequência, a União tornou-se muito dependente de recursos externos para executar o programa continental de paz e segurança. Em 2015, no que diz respeito ao financiamento de programas para atividades de paz e segurança, a União Africana dependia 97% do financiamento dos parceiros.
9. A promoção e manutenção da paz e segurança no continente é uma área essencial de actividade da União. Reduzir esse nível alarmante de dependência e recuperar a autonomia e a propriedade da agenda de paz e segurança foi, portanto, um dos principais objetivos da Conferência quando tomou suas decisões em 2015 e 2016.
10. Desde 2017, cinquenta estados membros da UA contribuíram para o Fundo de Paz da UA e um total de US \$ **141** milhões foi levantado. Esta é uma evidência clara da validade e eficácia das decisões da Conferência. Embora ainda sejam necessárias parcerias estratégicas sobre paz e segurança, o Fundo de Paz, com sua doação de US \$ 400 milhões dos Estados membros, permitirá à União Africana conduzir sua própria agenda de paz e segurança em com base em sua própria avaliação dos problemas e em sua própria determinação de soluções apropriadas. O Fundo permitirá ao Conselho de Paz e Segurança passar da publicação de comunicados à imprensa para a adoção de medidas concretas.
11. De fato, muitos duvidaram do compromisso dos Estados membros da UA em honrar o financiamento do Fundo de Paz. A União Africana fez um bom progresso em termos de financiamento para os Estados membros. Em 2020, com a ajuda do Alto Representante da UA e do Conselho Administrativo, a Comissão explorará as possibilidades de mobilizar recursos do setor privado africano e, quando chegar a hora, as perspectivas de parceria com outros parceiros. bilaterais e multilaterais.
12. A União Africana deve agora concentrar-se na definição da agenda e das prioridades. Esperamos aqui que o Conselho de Paz e Segurança desempenhe seu papel completo na definição das prioridades estratégicas que o Fundo financiará. Historicamente, o Conselho de Paz e Segurança desempenhou um papel modesto na direção estratégica do que o Fundo de Paz de 1993 deveria financiar. Essa é uma das lacunas que o Fundo de Paz Revitalizado pretende preencher. O escopo do Fundo já foi estabelecido pela Conferência; nesse contexto, o PCS deve definir os objetivos estratégicos que o Fundo deve financiar.

13. Com relação ao desempenho e à responsabilidade, temos um conselho de administração de alto calibre em vigor desde novembro de 2018, que trabalha duro para garantir a total operacionalização da estrutura de governança e gerenciamento em 2020. Com suas orientações, garantir que sejam estabelecidos níveis credíveis de financiamento anual para o Fundo. Isso garantirá que os saldos do Fundo não sejam esgotados rapidamente, garantindo que os objetivos estratégicos possam ser alcançados, mantendo os mais altos padrões fiduciários.

Sessão I: Antecedentes e contexto

14. O Alto Representante da União Africana para o Financiamento da União e o Fundo de Paz elaborou a seguinte tabela, com uma visão geral do contexto do processo e reflexões sobre os progressos alcançados e as realizações alcançadas:
 - a) A operacionalização do Fundo de Paz da União Africana tem sido uma longa jornada, com algumas visões diferentes ao longo do caminho, mas agora existe um amplo consenso. O processo de criação deste Fundo é irreversível e houve um progresso notável.
 - b) A implementação da Decisão da Conferência de 2016 sobre a Revitalização do Fundo de Paz da União Africana criou um instrumento único que permitirá à União Africana financiar atividades continentais de paz e segurança. Os problemas de financiamento com o Fundo de Paz de 1993 foram resolvidos, como evidenciado pela recuperação de US \$ 141 milhões em contribuições dos Estados membros desde 2017.
 - c) Os acordos de governança e gestão do Fundo de Paz garantirão que o Fundo seja administrado de acordo com os mais altos padrões possíveis.

Sessão II: Resumo do progresso geral até a data actual

A. Actualização sobre o estabelecimento de estruturas de governança e boa gestão

15. O Presidente da Comissão da União Africana apresentou uma visão geral do progresso alcançado no estabelecimento das principais estruturas de governança e gestão do Fundo de Paz da União Africana, como segue:
 - a) A estrutura de governança e gestão do Fundo de Paz da União Africana é composta por um Conselho de Administração, um Comité Executivo de Gestão, um Painel de Avaliação Independente e um Secretariado do Fundo de Paz.

- b) No que diz respeito à estrutura de governança e gestão, o Conselho de Administração foi estabelecido em novembro de 2018. É composto por representantes das cinco regiões da União Africana e dois dos parceiros estratégicos da União Africana, o Nações Unidas (ONU) e União Europeia (UE). O Conselho se reuniu quatro vezes desde a sua criação.
- c) Na reunião de 2 de maio de 2019, o Conselho de Administração examinou e aprovou os termos de referência das outras estruturas: o Gestor do Fundo, o Grupo de Avaliação Independente e o Secretariado do Fundo de Paz.
- d) O gestor do Fundo é selecionado por meio de um concurso aberto com base nos termos de referência examinados pelos especialistas em quinze funcionários e aprovados pelo Conselho de Administração. O processo será concluído em fevereiro de 2020. A licitação foi lançada em 25 de maio de 2019. Quatorze ofertas foram recebidas e avaliadas em julho de 2019 e cinco empresas foram selecionadas. O Conselho de Administração aprovou um processo de due diligence aprimorado para as empresas pré-selecionadas, que está actualmente em andamento.
- e) A estrutura do Secretariado do Fundo de Paz foi apresentada aos Estados Membros para revisão sob a nova estrutura departamental da Comissão da União Africana . A proposta para a nova estrutura departamental da Comissão da União Africana , incluindo o Secretariado do Fundo de Paz, foi adotada pelo Comité de Representantes Permanentes (**CRP**) em 4 de dezembro de 2019. A proposta será apresentada aos órgãos de governo para adoção em fevereiro de 2020.
- f) De acordo com a Decisão da Assembléia de janeiro de 2018 (Assembly/AU/Dec.687 (XXX)), o Secretariado do Fundo de Paz apresentará relatório ao Presidente da Comissão, que é o Administrador das Contas da União e ao Presidente do Comitê Executivo para a gestão do Fundo de Paz e Paz. União Africana. O Secretariado estará localizado no Gabinete do Presidente, mas trabalhará em estreita colaboração com os departamentos responsáveis pelos assuntos políticos e pelas questões de paz e segurança na Comissão. O projeto de termos de referência para o Diretor do Secretariado do Fundo de Paz será examinado pelo Conselho do BCE na sua reunião de 12 de janeiro de 2020.
- g) O Grupo de Avaliação Independente (**GAI**) realiza periodicamente avaliações independentes do Fundo, a fim de fornecer uma avaliação objetiva do desempenho do Fundo, incluindo o impacto das atividades financiadas, gestão administrativa, eficiência e eficiência. Esses relatórios serão disponibilizados a todas as partes interessadas.
- h) O GAI é composto por sete membros, cinco das regiões da União Africana e dois de parceiros de cooperação internacional. O GAI elegerá um coordenador,

que será um de seus membros dos estados membros da União Africana. O GAI é selecionado por meio de um processo competitivo, baseado no mérito, aberto e transparente, com base nos critérios de seleção aprovados pelo Conselho. O recrutamento do GAI começará em fevereiro de 2020.

- i) Embora a União Africana possua mais de catorze Fundos Especiais, reconhece-se que a gestão dos Fundos não é uma competência essencial da União Africana. É por esse motivo que é difícil alcançar resultados, responsabilidade e eficiência na implementação desses vários fundos. À luz dessa experiência, a Conferência decidiu criar uma nova arquitetura de governança e gestão para o Fundo de Paz, projetada para garantir sólido desempenho fiduciário, impacto e padrões. Em alguns casos, questionou as antigas formas de fazer negócios e identificou várias vulnerabilidades nos sistemas e processos de gerenciamento existentes.
- j) O relatório dos auditores externos de 2018 levantou sérias preocupações com relação à gestão financeira e responsabilidade da União Africana, e essa é uma grande preocupação para nossos Estados membros. O Presidente da Comissão priorizou pessoalmente essa questão para garantir que as conclusões da auditoria sejam implementadas e que os funcionários que violaram as regras e regulamentos estabelecidos sejam devidamente sancionados.
- k) À medida que avançamos para a plena operacionalização do Fundo Revitalizado de Paz, o sistema de governança e gestão implantado deve garantir os mais altos padrões fiduciários e responsabilidade na administração do Fundo. O recrutamento do pessoal do Secretariado será realizado para que a Comissão da União Africana possa atrair os melhores talentos para África e operacionalizar o resto da estrutura de acordo com as melhores práticas. Do Secretariado do Fundo de Paz e o GEI serão submetidos a um processo competitivo, os termos de referência serão publicados no site da UA e em outros canais e também serão divulgados aos Estados membros.

B. Atualização sobre questões de financiamento

- 16. A Comissão da União Africana forneceu uma atualização sobre questões financeiras, incluindo o status das contribuições dos Estados membros para o Fundo, acordos bancários atuais e o desenvolvimento de regras e regulamentos financeiros.

Estado das contribuições

- 17. Em 31 de dezembro de 2019, 50 estados membros da UA contribuíram para o Fundo de Paz da UA no valor total de US \$ 141 milhões. A meta geral de

recuperação para 2017 - 2019 foi de US \$ 195 milhões. Portanto, há uma diferença de US \$ 54 milhões.

Acordos bancários provisórios

18. Na pendência da conclusão das propostas de gestão de fundos, o Conselho recomendou vivamente que a Comissão da União Africana coloque as contribuições dos Estados membros para o Fundo de Paz da União Africana nas contas juros e não em contas correntes.
19. Em resposta à recomendação do Conselho, a Comissão da UA até agora colocou as contribuições dos Estados Membros em duas contas com juros em dois bancos do continente. Estes são o Ecobank no Quênia e o Standard Bank na África do Sul. Desde o investimento desses fundos em contas com juros em agosto de 2019, foram auferidos US \$ 1,65 milhão em juros.

Regras e regulamentos financeiros

20. Em julho de 2019, o Conselho Executivo do União Africana a solicitou à Comissão que atualizasse as Regras e Regulamentos Financeiros para refletir os arranjos financeiros e de gestão relevantes para as decisões da Conferência sobre o Fundo Revitalizado da Paz da União Africana como parte da revisão das Regras e Regulamentos Financeiros para revisão pelos órgãos dirigentes da União Africana.
 21. De acordo com esta orientação política, as Regras e Regulamentos Financeiros da União Africana incluirão um anexo sobre as Regras e Regulamentos Financeiros do Fundo de Paz da União Africana, os Estados Membros revisarão o projeto proposto como parte de sua revisão do conjunto de Regras e regulamentos financeiros da União Africana e apresentará o pacote final aos órgãos dirigentes da União Africana para análise e adoção.
- C. Atualização sobre as discussões entre a União Africana e a ONU sobre o uso das contribuições avaliadas pelas Nações Unidas para financiar operações de apoio à paz mandatadas ou autorizadas pela União Africana**
22. O Comissário para a Paz e Segurança atualizou as discussões em andamento sobre a garantia de financiamento previsível e sustentável para as operações de apoio à paz da União Africana por meio de contribuições obrigatórias das Nações Unidas. (ONU), como segue:

- a) Durante todo o processo de revitalização do Fundo de Paz da União Africana, a questão do financiamento da ONU para operações de apoio à paz da União Africana tem sido uma das principais prioridades da União Africana. No comunicado do Conselho de Paz e Segurança da União Africana adotado em sua 689ª reunião realizada em 30 de maio de 2017, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana (PCS da UA) solicitou o seguinte: Que o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) tome medidas práticas para a adoção de uma resolução substantiva que estabeleça o princípio de que as operações de apoio à paz mandatadas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas deve ser financiado por contribuições obrigatórias das Nações Unidas, decisões relativas ao financiamento de missões específicas a serem tomadas caso a caso.
- b) Em novembro e dezembro de 2018, os membros africanos do CSNU - Costa do Marfim, Guiné Equatorial e Etiópia - apresentaram ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para adoção um projeto de resolução sobre o financiamento das operações de Apoio à paz da União Africana. No entanto, o processo ficou atolado porque o Conselho de Segurança das Nações Unidas não estava disposto a adotar a posição da União Africana, conforme estabelecido na Posição Africana Comum de 2015 e pelo Conselho de Paz e segurança da União Africana - com base em decisões relevantes da Conferência.
- c) A Comissão aprecia o compromisso e a liderança do PCS da União Africana e a reafirmação contínua da vantagem comparativa das operações de apoio à paz mandatadas ou autorizadas pelo PCS da União Africana que empreendem uma rápida implantação e operações ofensivas, quando necessário, com base no princípio da não indiferença, conforme previsto no Ato Constitutivo da UNIÃO AFRICANA. E integrado à arquitetura africana de paz e segurança. Isso serviu de base para o nosso compromisso com o Conselho de Segurança das Nações Unidas, enfatizando a posição africana comum que visa aumentar a previsibilidade e sustentabilidade do financiamento das operações de apoio à paz lideradas pela União Africana, realizada no âmbito do Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas e autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.
- d) A abordagem dos membros africanos do Conselho de Segurança da ONU (A3) de reenviar o projeto de resolução em 2019 mais uma vez parou. A este respeito, e após uma série de reuniões e deliberações do Conselho de Paz e Segurança da União Africana, incluindo os seus especialistas, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana, na sua 881ª reunião em 19 de setembro de 2019, decidiu que todas as discussões relacionadas ao financiamento pelas Nações Unidas das operações de apoio à paz da União Africana autorizadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas deveriam ser suspensas. A comunicação do PCS da União Africana aos membros africanos do CSNU

para adiar a submissão do projeto de resolução que foi patrocinado por certos membros permanentes do CSNU e aos quais os outros membros do Conselho haviam assinado, se baseava no fato de que o O projeto não refletia adequada e adequadamente o espírito de parceria que deve orientar a cooperação entre o PCS da União Africana e o CSNU.

- e) A posição do PCS da União Africana baseava-se no fato de que, embora as Nações Unidas continuem reiterando sua principal responsabilidade pela manutenção da paz e segurança internacionais, ela ainda não está pronta e dispostos a demonstrar essa responsabilidade através do uso de contribuições obrigatórias da ONU para financiar operações de apoio à paz da UA de maneira previsível e sustentável.
- f) Pelas Decisões da Conferência **562 e 577** adotadas em Adis Abeba e Joanesburgo em 2015, respectivamente, a África deu o passo ousado de contribuir com **25%** do orçamento da União o custo das atividades de paz e segurança da União Africana, incluindo operações de apoio à paz. A este respeito, e através da Decisão 605 da Conferência adotada em Kigali em 2016, os Estados membros da União Africana decidiram revitalizar e dotar o Fundo de Paz da União Africana com US \$ 400 milhões.
- g) Infelizmente, o Conselho de Segurança da ONU solicita à União Africana que demonstre sua capacidade de cobrir **25%** do custo de cada operação de apoio à paz da União Africana, o que nunca foi a intenção da Conferência da União Africana. Foi acordado que novas discussões com o Conselho de Segurança das Nações Unidas esclareceriam essa questão para garantir que não houvesse ambiguidade.

D. Actualizando a escala de avaliações

- 23. O Alto Representante da União Africana actualizou as consultas regionais sobre a escala das avaliações do Fundo de Paz da União Africana.
- 24. O objectivo das consultas regionais foi ouvir as opiniões das cinco regiões da União Africana sobre se uma fórmula sobre como alocar os US \$ 80 milhões em cada região pode ser acordada e fazer. atualização sobre a operacionalização da estrutura reforçada de governança e gestão do Fundo de Paz da União Africana , de acordo com as decisões da Conferência N° 605 (XXVII), 635 (XXVIII) e 687
- 25. O Alto Representante da UA apresentou um relatório sobre os resultados das consultas regionais ao Conselho Executivo em julho de 2019 em Niamey. Foram realizadas consultas com todas as regiões. Em uma região, o assunto foi adiado para o nível ministerial e as consultas nesse nível ainda estão em

andamento. Em outra região, ainda era necessária uma consulta final para concluir o assunto.

26. O Alto Representante da União Africana concluiu que estava pronto e disponível para finalizar as consultas com as duas regiões restantes.

E. Atualização sobre assuntos de auditoria

27. O Presidente do Subcomitê de Auditoria apresentou as principais decisões de auditoria relacionadas ao Fundo de Paz da União Africana e os principais problemas decorrentes dessas decisões. A apresentação centrou-se nos principais desafios para a gestão do Fundo de Paz da União Africana resultantes das lições aprendidas na gestão de fundos especiais da UA, da recente Auditoria Especial de 2019 sobre o Fundo de Paz da União Africana E a gestão do Fundo de Paz da UA desde 1993.
28. O Presidente informou a sessão de brainstorming da seguinte forma:
 - a) O Subcomitê expressou preocupações com relação à gestão geral dos Fundos Especiais da UA, incluindo alguns que estariam inativos por mais de cinco (5) anos. O Subcomitê recomendou que o Ministère des Finances analise detalhadamente o estado desses fundos em consulta com os departamentos envolvidos e que essa análise seja verificada antes de ser examinada pelo Subcomitê. Um dos fundos identificados como inativos foi o fundo especial AFISMA, que supostamente possui um montante de US \$ 15 milhões na contabilidade.
 - b) Com relação ao Fundo de Paz legado em 1993, o relatório de auditoria dos Fundos Especiais indicou que o Fundo tinha US \$ 56.658.169,17 milhões no livro-razão, enquanto o saldo O fluxo de caixa bancário em 31 de julho de 2019 era de US \$ 32.879,07. Contudo, a partir da apresentação do Departamento de Finanças, parece que o saldo atual do caixa do Fundo Geral para a Paz é de US \$ 56.658.169,17 e que os US \$ 15 milhões da AFISMA foram um número real de dinheiro incluído no saldo do antigo Fundo de Paz em 1993.
 - c) É necessário ter informações precisas e garantir a consistência das informações apresentadas aos Estados Membros. O subcomitê acredita que o sistema e as práticas contábeis da UA devem ser revistos.
 - d) Com relação ao relatório de auditoria interna do Fundo de Paz de 2016, o Subcomitê observou que havia várias deficiências no controle interno. O Subcomitê ficou satisfeito ao saber que, após a auditoria e o conselho do Conselho de Administração, as contribuições dos Estados Membros foram depositadas em contas com juros.

- e) É importante garantir que as várias estruturas de governação e gestão e os órgãos da UA funcionem de forma harmonizada e coerente, a fim de evitar burocracia complicada e processos demorados de tomada de decisão que limitarão a capacidade de resposta do Fundo.
- f) No que diz respeito ao Fundo de Paz revitalizado, e de acordo com as lições aprendidas com a administração do Fundo existente, é altamente recomendável que a maioria dos recursos seja dedicada às intervenções programáticas e não aos custos operacionais. Isso garantirá que o principal objetivo do Fundo, ou seja, o financiamento de atividades de paz, seja alcançado.
- g) Deveria haver diretrizes claras sobre gerenciamento de investimentos e desembolso de fundos, bem como sobre reabastecimento futuro de recursos assim que o fundo atingir o valor alvo.

29. Os seguintes pontos-chave emergiram das discussões na Sessão II:

- A criação do Fundo de Paz inicial em 1993 e a revitalização em 2016 é um reflexo de um dos objetivos estratégicos básicos da UA consagrados na Constituição. Todos os Estados-Membros estão comprometidos. Os Chefes de Estado e de Governo estabeleceram prioridade estratégica, a UA deve agora implementar os critérios essenciais de sucesso necessários para garantir um Fundo de alto desempenho.
- Autonomia e autofinanciamento são essenciais. Um fundo desse tamanho precisa ser gerenciado com cuidado e precisamos observar as melhores práticas. Os mais altos padrões de transparência e responsabilidade são necessários. É evidente que a Comissão não conseguiu gerir adequadamente os fundos herdados do passado. A operacionalização do Fundo de Paz revitalizado precisará levar em consideração as lições aprendidas.
- Em relação à estrutura de governança e gerenciamento, é comum que um fundo desse tamanho tenha uma estrutura de governança e gerenciamento dedicada dessa natureza. A estrutura que está sendo implementada é semelhante à maneira como outros fundos internacionais semelhantes são gerenciados. Os processos de tomada de decisão deverão ser simplificados para que a capacidade de resposta do Fundo não seja comprometida.
- Diretrizes detalhadas de investimento foram desenvolvidas e revisadas pelo Comité de 15 Peritos Financeiros (e pelo Conselho de Administração. Isso inclui diretrizes sobre a porcentagem de fundos a serem mantidos em contas do mercado monetário para atender às necessidades de liquidez das necessidades programáticas e de intervenção do Fundo em caso de crise. Estes constituirão a base do compromisso do gestor do Fundo.

- Ao reabastecer recursos, os Estados Membros somente serão obrigados a pagar a diferença entre o valor total da alocação e os fundos gastos.
- É necessária uma estratégia especial para mobilizar fundos de países que ainda não pagaram suas contribuições.
- O objetivo do Fundo de Paz da União Africana é fornecer respostas rápidas e eficazes às crises no continente. Existe um consenso, com base na experiência, de que as regras e regulamentos gerais da UA não são adequados aos requisitos das operações de crise e são necessárias novas regras e regulamentos. O desenvolvimento de regras e regulamentos específicos para fundos dessa natureza é uma prática comum para fundos para fins especiais. Vários fundos das Nações Unidas são cobertos pelos chamados Suplementos ao Regulamento e Regras Financeiras das Nações Unidas.
- A Decisão 605 da Conferência também solicitou o desenvolvimento de regras e regulamentos para o Fundo. A questão principal é que as regras e regulamentos do Fundo de Paz serão as regras e regulamentos financeiros da União Africana contidos em um anexo ao Regulamento Geral da União Africana e serão revisados e adotados pelos órgãos dirigentes da União Africana.
- A consolidação do Fundo de Paz, legada em 1993 ao Fundo de Paz revitalizado, é uma prioridade urgente, mas deve ser implementada de acordo com a decisão da Diretoria Executiva de julho de 2019, que solicita uma auditoria do fundo legado antes de qualquer consolidação. Um cronograma de consolidação deve ser estabelecido após a apresentação dos resultados da auditoria.
- Após a auditoria do Fundo do Patrimônio, o saldo de fundos não comprometidos deve ser usado para financiar o orçamento do Fundo de Paz da União Africana para 2020.
- Qualquer conta inativa deve ser fechada imediatamente.
- A apresentação da Comissão da União Africana sobre fundos herdados do passado mostra que os Estados Membros fizeram pagamentos duplos. Os fundos do orçamento ordinário ainda são alocados ao fundo de paz herdado, enquanto os Estados membros pagam contribuições para o fundo de paz revitalizado de acordo com a escala geral de avaliações. Não deveria ser. Quando a Comissão começou a cobrar as contribuições dos Estados-Membros para o Fundo de Paz revitalizado em 2017, não deveriam ter sido efetuados pagamentos adicionais.

- A mobilização de recursos do sector privado é essencial e deve continuar em 2020, mas eles desejam garantias fiduciárias sobre a gestão do Fundo, bem como o impacto e a eficácia do programa.
- Na escala de avaliações, duas perspectivas foram apresentadas a seguir: US \$ 141 milhões foram coletados em três anos. A escala geral funciona, pelo que a UA deve continuar a aplicá-la. Por outro lado, alguns Estados-Membros da região Norte consideraram que a escala geral importaria um fardo mais pesado à região Norte e que, por conseguinte, deveria ser aplicado algum tipo de escala regional. Nesse sentido, alguns membros circularam uma escala proposta.
- A questão do financiamento previsível e sustentável das operações de apoio à paz mandatadas ou autorizadas pela UA ainda não foi resolvida. O financiamento para as Nações Unidas por meio de contribuições avaliadas permanece essencial. Houve um longo diálogo sobre esta questão. Um processo crítico foi iniciado em novembro de 2016 com a adoção da resolução 2320 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas o progresso tem sido difícil desde então.
- As condições para um diálogo genuíno com base na parceria com os principais estados membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas podem não estar em vigor. Nestas circunstâncias, a União Africana deve esforçar-se por respeitar os seus próprios compromissos, conforme definido nas decisões da Conferência de autonomia financeira de 2015 e 2016, e por acelerar o progresso no sentido da plena operacionalização do Fundo de Paz do União Africana.
- A União Africana deve continuar a explorar as possibilidades de parceria com uma série de atores, incluindo as Nações Unidas, mas o foco deve estar principalmente na implementação das decisões da Conferência sobre o Fundo para o Desenvolvimento. paz.

Sessão III: Importancias e responsabilidades

30. Esta sessão concentrou-se no desenvolvimento de um entendimento comum dos papéis e responsabilidades das estruturas de governança e gestão do Fundo de Paz e discutiu a interface essencial entre o Conselho de Paz e Segurança, o Conselho administração, o Comitê Executivo de Gestão e os demais órgãos e entidades responsáveis por questões orçamentárias e de auditoria.
31. O Presidente do Conselho de Administração apresentou as funções e responsabilidades do PSC, do Conselho de Administração e do Comitê de Gerenciamento Sênior (Comissão da UA) da seguinte forma:

- a) O papel central da tomada de decisão sobre o que o Fundo de Paz da União Africana financera será de responsabilidade dos órgãos de governança relevantes da União Africana , de acordo com os objetivos estabelecidos do Fundo.
- b) O Conselho de Paz e Segurança estabelece prioridades estratégicas para o Fundo, analisa os programas, projetos e orçamentos propostos e estuda a eficácia e o impacto. No que diz respeito à janela 3 do Fundo (**operações de apoio à paz**), o PCS é responsável por ordenar e autorizar operações de apoio à paz e por examinar e renovar mandatos.
- c) O Conselho de Administração recomenda alocações orçamentárias adequadas, assegura conformidade e supervisão fiduciária, aprova prioridades para revisão independente anual e avaliação intercalar e também leva em consideração a eficácia e impacto.
- d) Com base nas orientações estratégicas da DPC, a Comissão da União Africana desenvolve programas, projetos e orçamentos prioritários de acordo com as regras e regulamentos de finanças e aquisições, implementa programas e projetos de acordo com as regras e regulamentos financeiros e de compras e é responsável pelo monitoramento, revisão e geração de relatórios.
- e) No que diz respeito à janela 3 do Fundo, a Comissão da União Africana coordena o planeamento, orçamento, distribuição e elaboração de relatórios para operações de apoio à paz mandatadas pela União Africana, de acordo com as regras e regulamentos financeiros aprovados.

32. Os seguintes pontos-chave emergiram das discussões na Sessão III:

- O Fundo de Paz é um instrumento único com acordos específicos de governança e gestão, mas sob a direção política dos órgãos de governo da União Africana.
- Os papéis e responsabilidades apresentados são muito claros; eles devem ser convertidos em um organograma que esclarecerá ainda mais as coisas. Nesse contexto, o papel dos subcomitês de orçamento e auditoria deve refletir-se, em particular seus papéis na aprovação do orçamento e no monitoramento do desempenho.
- Os relatórios do Grupo de Avaliação Independente serão disponibilizados a todos os órgãos e ao Conselho Fiscal para ajudá-los a executar suas respectivas funções de monitoramento e verificação de desempenho.
- Os processos de tomada de decisão devem ser claros, para não diminuir a capacidade de resposta do Fundo.

Sessão IV: Roteiro para a operacionalização dos restantes elementos do Fundo de Paz da União Africana .

33. O Alto Representante da União Africana tomou nota do entendimento e compromisso comuns com o estabelecimento de um Fundo de Paz totalmente operacional em 2020 e apresentou o roteiro com o concetre-se nas seguintes prioridades principais:
- a) No que diz respeito ao **financiamento**, a principal prioridade tem sido a realização de concursos para a gestão do Fundo. Esse projeto estava em estágio avançado e estava programado para ser concluído em fevereiro de 2020. A conclusão das consultas na escala de cotas também foi essencial, pois havia uma obrigação de relatório na cúpula de fevereiro de 2020. Outras regiões foram incentivadas disponibilizar-se para concluir as consultas. Foi proposta a finalização das Regras e Regulamentos Financeiros da União Africana, incluindo um anexo ao Fundo de Paz, bem como a revisão e adoção dos órgãos diretivos da União Africana em julho de 2020. Isso exigiria que a Conferência da União Africana delegasse a adoção das Regras e Regulamentos ao Conselho Executivo.
 - b) Com relação às **estruturas de governança e gestão**, a principal prioridade foi o estabelecimento do Secretariado do Fundo de Paz e do Painel de Avaliação Independente no primeiro semestre de 2020.
 - c) O processo orçamentário para o orçamento do Fundo de Paz para 2021 exigiu o esforço conjunto de várias partes interessadas; mais importante ainda, o PSC precisaria identificar as prioridades estratégicas o mais rápido possível, idealmente em fevereiro de 2020. Isso também precisaria ser acompanhado por uma recomendação do Conselho de Curadores à Comissão sobre o teto orçamentário adequado a ser planejado. Ambos os elementos forneceriam a base para a preparação do orçamento para 2021 antes de ser considerado pelo Conselho de Administração e seguido pelos subcomitês, RPC e F15, com adoção final no nível do Conselho Executivo. Após a auditoria do fundo legado, os saldos disponíveis poderiam ser usados para financiar um orçamento do Fundo de Paz para 2020
34. Os Estados Membros aprovaram o roteiro apresentado e agradeceram ao Presidente da Comissão, ao Alto Representante da UA e ao Conselho de Administração pelo seu comprometimento e dedicação em levar o processo adiante

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2020-02-07

Report, Retreat on the Operationalization of the African Union Peace Fund 11 January 2020

African Union

DCMP

<https://archives.au.int/handle/123456789/8361>

Downloaded from African Union Common Repository